



**casadesarmiento**

centro de estudos do património

## O que podem ser os mouros da tradição popular

Francisco Martins Sarmiento

O Pantheon, Porto, 1881, Ano I, pp. 105 e 121

As tradições populares, a que anda ligado o nome de mouros, são alguns séculos mais velhas que a aparição dos mouros (árabes) na Península; ou, para tirarmos a esta afirmativa o seu ar paradoxal, o nome de mouros intrometeu-se sub-repticiamente num corpo de tradições, que estavam formadas, muito antes da invasão árabe na Espanha.

Sem levarmos em conta uma grande massa de superstições e de crendices, que pertencem a este ciclo pseudo-moisico, baste-nos considerar os dois seguintes factos:

— O povo atribui aos mouros todas as antigas construções, cujas relíquias abundam nos nossos montes e vales;

— Embora encantado, o mouro habita ainda hoje as fontes, penedos, etc.

Quanto às construções, há já a notar que muitas delas se encontram em lugares, aonde não chegou a sombra da dominação árabe. Mas os monumentos em si, que são em regra os castros, memórias sepulcrais, fontes, penedos, etc., fazem-nos revelações muito mais positivas.

Suposto seja difícil marcar época precisa, em que os castros foram abandonados e o motivo porquê, pode todavia afirmar-se com certeza que o seu abandono é muito anterior à invasão muçulmana.

As memórias sepulcrais, mamoas com antas, ou sem elas,

etc., são contemporâneas dos castros, algumas mais antigas ainda; e aqui o facto que ocasionou o desprezo, em que elas caíram, está manifestamente indicado: a revolução religiosa operada pelo Cristianismo. Era certamente sobre estas sepulturas gentílicas que se praticavam as cerimónias fúnebres que pretenderam mais tarde naturalizar-se nos cemitérios cristãos e que os concílios repeliram de lá à força de anátemas. Imagina-se se tais práticas seriam consentidas sobre os próprios túmulos dos idólatras, dos adoradores dos demónios, e se as sepulturas destes se não tornariam nas “sepulturas de asno” da frase bíblica, que parece ter-se popularizado entre nós.

Ao mesmo mundo ante-cristão pertencem sem dúvida as Fontes, Penedos, etc. E impossível deixar de ver neles as *Fontes*, *Lápides*, *Saxa*, cuja adoração provocava as indignações dos concílios bracarenses e toledanos.

Assim os monumentos atribuídos aos mouros não só estavam em ruínas muito antes da aparição dos mouros no nosso país, mas as tradições, que neles se localizaram, ou nunca se formariam, ou datam necessariamente do dia em que o paganismo, deixando de ser uma realidade, começou a entrar na sua elaboração lendária.

Isto é tão intuitivo, que qualquer demonstração seria uma afronta ao bom senso.

Como o nome de mouro veio ingerir-se e dominar nas lendas do velho mundo pagão, é o que o mesmo nome de pagão nos parece explicar. Pagão era, como se sabe, a denominação favorita, dada pelos cristãos aos religionários que eles vieram destronar. Ora que este nome não somente estava em uso ao tempo da invasão dos árabes, mas que foi, conjuntamente com o de mouros, transferido para os árabes, vê-se tanto pelas antigas crónicas (*Chronicon Conimbricense*, etc.); como pelos instrumentos públicos (Viterbo, *Eluc.*, V. *Terra de pagons*).

Os nomes de mouro e pagão tornaram-se sinónimos, e, como quase sempre sucede no conflito de dois sinónimos, prevaleceu o vocábulo que tinha por si uma realidade objectiva: o nome abstracto

de pagão desaparece<sup>1</sup>, o étnico de mouro fica, substituindo aquele em todas as suas aplicações, sem embargo dos mais grosseiros anacronismos.

Sendo assim, basta a possibilidade da identificação de mouro e de pagão, para nos aclarar por certas faces a concepção, que à data da entrada dos árabes se tinha formado no espírito do nosso povo acerca da entidade, que os mouros vieram substituir.

Pois que contra esta identificação não reagiu a qualidade de estrangeiro, saliente no árabe, claro é que a reminiscência do laço étnico, que prendia os construtores dos antigos monumentos do nosso país aos seus subseqüentes habitantes, estava completamente obliterada.

Este fenómeno, a muitos respeitos deplorável, é um produto legítimo da revolução cristã. A vitória do Cristianismo tinha como resultado infalível abrir um abismo profundo entre a geração, que o abraçou definitivamente, e as gerações passadas, que o haviam combatido: dum lado a cidade de Deus, doutro a cidade dos demónios. A negação de todo o parentesco moral entre o cristão e o pagão continha em si a tendência para a negação de todo o parentesco material, e esta tendência apenas podia ser contrariada pela autenticidade das tradições genealógicas. Mas este elemento de resistência, que só conseguiria tirar forças da perpetuidade do velho culto dos mortos, dissolve-se depressa em virtude do facto contrário: as gerações cristãs não só não tinham que ir fazer aos túmulos dos seus passados, mas deviam esforçar-se por esquecer quanto antes aquela desonrosa ascendência.

Concebe-se pois uma época, em que os pagãos, esses fautores duma civilização destruída e amaldiçoada, que se sumiram no nada sem deixar representantes, nem, ao que parecia, descendentes, comecem a desenhar-se no vago do passado, como um povo, a todas as luzes estranho aos povos cristãos, e principalmente notável pela

---

<sup>1</sup> Não inteiramente. Ainda hoje uma madrinha, entregando à mãe a criança que levou à pia do baptismo, diz indiferentemente: "Levei-o amoirado, trago-o baptizado", ou "Levei-o -pagon, trago-o cristão". - Mas, se se repergunta pela palavra "pagon", é bem possível que replique: "pagon, pavom, ou lá o que é". (Histórico).

guerra ímpia, feita ao Cristo e à sua Igreja — característica que é a afinidade electiva e única que os aproxima dos mouros e determina a sua identificação com eles.

Contra a indiferença, com que a tradição popular deixa cair no olvido as suas origens étnicas, parece protestar o vivo interesse, que ela consagra às *histórias* dos “mouros encantados”, e o zelo com que no-las tem transmitido de geração em geração.

Mas aqui estamos sem a menor dúvida em face doutra ordem de ideias.

A enorme vitalidade destas legendas, a par do carácter sobrenatural que nelas transparece, inculcaria já a sua origem religiosa, se o facto de vermos estes seres encantados frequentando de preferência os Penedos e as Fontes, contra cuja adoração os concílios tanta vez clamaram, nos não desse a certeza de que estes mouros e mouras encantados não podem ter sido primitivamente outra coisa mais que divindades pagãs, que os cânones atacavam implicitamente nas suas excomunhões.

Se se pergunta agora como é que estes deuses destronados vingaram que a sua imortalidade atravessasse os séculos cristãos, apesar dos anátemas da Igreja, há a responder que a Igreja não contribuiu pouco para esta imortalidade.

Lembremos que o Cristianismo acreditava tão deveras na realidade dos deuses pagãos e no seu poder taumatúrgico, como os próprios pagãos. O que os propagandistas da religião nova não concediam era a sua natureza divina. Tinham-nos por demónios. Mas, deuses, ou demónios, eram imortais, de sorte que a crença popular nestas entidades sobre-humanas e nos seus milagres não tinha sido ofendida no essencial, antes fora robustecida com uma consagração solene e insuspeita.

E o que se vê também é que esta crença manteve uma independência tal qual contra o ensino da Igreja. Esta não pôde naturalizar os velhos deuses no pandemónio católico, pois que os vemos hoje ainda, bem que sombras duma sombra, nos mesmos lugares das suas antigas glórias (Fontes, etc.), sem feição alguma que

os assemelhe ao diabo.

Se porém a negação da tradição pagã soube triunfar neste ponto das imposições do Cristianismo, o Cristianismo pelo seu lado conseguiu destruir inteiramente a divindade dos ídolos; e é, nos parece, da intransigência destas duas negações que nasceu a estranha concepção das entidades “encantadas”, que nem são deuses, nem demónios; em seguida a degeneração antropomórfica delas até o ponto de tornar inevitável a fusão do elemento mítico e histórico, saliente nas lendas dos mouros encantados, e por fim a conversão do mito em pseudo-história.

Realmente o povo não distingue a entidade histórica, que construiu os castros e as sepulturas, da entidade mítica que na noite de S. João sai do centro dos penedos, etc.; umas e outras têm o mesmíssimo carácter; e, se se faz o inquérito severo destas credices, vê-se bem que na imaginação popular todos estes personagens se moveram e movem num meio humano e verdadeiramente histórico. Que os envolva o mais evidente sobrenatural, pouco importa. Tudo isso é ingenuamente explicado como uma qualidade peculiar aos homens dos outros tempos.

Resulta do que fica dito, que neste mundo de mouros encantados se amontoam muitíssimas reminiscências do antigo mundo pagão, e só do mundo pagão, numa confusão aparente, que a crítica está no caso de deslindar.

O que há aí de realmente histórico é a memória dum povo, hostil ao Cristianismo, que deixou inumeráveis vestígios da sua existência nos mil monumentos em ruínas dispersos pelo país — os pagãos.

Tudo o mais, ou quase tudo o mais, são factos míticos, a “legenda áurea” deturpada dos antigos deuses, quer nacionais, quer legendários — factos que se transformaram em “histórias”, de que ficaram sendo heróis os mesmos pagãos, enquanto que as desprezadas divindades, despojadas do seu nome e tradições, se esconderam na sombra, não sem comunicar aos seus substitutos humanos os restos avariados da sua imortalidade.



**casadesarmento**

centro de estudos do património

Que toda esta evolução estava efectuada, quando os árabes se mostram, parece-nos incontestável.

Se a substituição de mouro ao pagão não era possível sem a obliteração de todo o parentesco que o relacionasse ao nosso povo, menos possível era ainda que os mouros se insinuassem no “mundo encantado”, se os actores deste mundo não tivessem descido à categoria de personagens puramente humanas.

Guimarães, Janeiro, 81.